

ESPAÇO GLOBAL: TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE

Marcelo Milano Falcão Vieira¹
Eurípedes Falcão Vieira²
Glauco da Costa Knopp³

Resumo

Este ensaio visa uma abordagem analítica das articulações entre território, cultura e identidade no espaço global. O território cultural, formado pela apropriação do espaço físico de um lado e, de outro, a construção do espaço econômico e social no processo de desenvolvimento de costumes, comportamentos, arte e cultura, abriu-se, na presente modernidade, à inserção e interação entre as culturas local e global. Isso significa que há uma cultura local interagindo com a cultura global. Ao analisar questões ligadas a território, cultura e identidade coloca-se a perspectiva de futuro, com novos avanços no processo de formação de uma sociedade global enriquecida com a multiplicidade de identidades culturais.

Palavras-chaves: Território; cultura; identidade

Abstract

In this essay we analytically articulate the concepts of territory, culture and identity in the global space. The cultural territory, formed by physical space appropriation as well as the construction of economic and social spaces in the process of development of costumes, behavior, art and culture, open itself to the insertion and interaction between local and global cultures in the present modernity. This means that there is a local culture interacting with a global culture. In order to analyze issues related to territory, culture and identity, we set a perspective of the future, with new advances in the process of formation of an enriched global society, with a multiplicity of cultural identities.

Key-words: Territory; culture; identity

¹ Professor de Estudos Organizacionais na Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas de Fundação Getúlio Vargas. Possui Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Pós-doutorado na École de Hautes Études Commerciales (HEC-Paris), França.

² Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande (1963), graduação em Geografia pela Universidade Católica de Pelotas (1966) e doutorado em Geografia pela Universidad Del Salvador (2001). Atualmente é Membro Efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

³ Mestre em Administração Pública pela FGV e Bacharel em Administração de Empresas pela ESPM.

Artigo recebido em 18/08; aprovado em 26/08.

Introdução

A globalização ocorrida nas sociedades contemporâneas surge como um fenômeno reestruturador da vida humana em todas as suas esferas. Trata-se de um fenômeno que articula economia, tecnologia, política, cultura, sociedade e espaço.

A globalização, portanto, não se restringe ao domínio econômico, apesar de seu predomínio sobre os demais. “Embora mais visível no âmbito técnico-econômico, em nível do mercado, é possível evidenciar gradativamente diferentes graus de globalização em outras esferas da sociedade.” (HAESBAERT, 2001, p. 19). Nessa mesma perspectiva, Beck (1999, p. 30) afirma que a globalização é um processo dialético, onde se produzem e convivem lógicas particulares nas áreas ecológica, cultural, econômica e social “que não podem ser reproduzidas nem reduzidas umas às outras e que devem ser todas consideradas uma a uma em suas relações de interdependência”. Parece haver, portanto, não uma única globalização, mas muitas globalizações – ou um fenômeno pluridimensional com escalas e facetas conectadas em suas contradições e convergências. Nessa percepção, a globalização é uma metáfora que explica vários processos em andamento, com a perspectiva de uma sociedade global, mantendo-se, contudo, as identidades nacionais.

A nova ordem global produziu formas de relacionamento e organização social que se estabeleceram como consequência do surgimento de uma racionalidade inerente e de um conjunto de tecnologias e instrumentação organizacional oriundos do próprio processo de globalização. Impulsionado pela revolução tecnológica pautada na microeletrônica, o processo de globalização supera as limitações de tempo e espaço, beneficiando-se do

tempo real nos eventos de demanda e poder proporcionados pela modernidade informacional. As questões de territorialidade e transterritorialidade também mudaram conceitualmente, ampliando a noção de globalização.

As fronteiras territoriais, por decorrência, foram redefinidas e a noção de distância entre dois pontos situados no espaço foi modificada. As barreiras espaciais e as distâncias que antes limitavam o relacionamento entre dois territórios foram superadas, assim como o tempo que os separavam. Tempo e espaço foram comprimidos em função da velocidade de processamento dos fluxos de informação proporcionada pelas novas tecnologias da informação e pela evolução dos meios de transporte (VIEIRA, 2001).

A lógica da globalização, econômica, instrumental e pragmática, penetrou nas tramas do tecido social constituído localmente. Muitos lugares que outrora eram caracterizados pela tradição e pelas raízes históricas territorialmente solidificadas, regidos por uma racionalidade própria – um *mix* de racionalidades decorrentes das relações locais – foram transformados em espaços funcionais aos interesses econômicos mundiais (VIEIRA, 2001). Lugares locais, portanto, foram transformados em lugares globais na nova territorialidade-mundo. Novas formas de organização e articulação social e, portanto, de poder, emergem desse processo.

Falar em globalização é falar de reordenamento dos espaços geográficos, da nova forma de articulação entre territórios, da transterritorialidade, da ação de atores transnacionais, e das novas relações de poder entre lugares que se transformaram a partir desse processo.

Da globalização decorrem articulações e transações que extrapolam a localidade, que ocorrem tanto entre as nações como além delas, criando e recriando as fronteiras. No ponto de vista de alguns teóricos da globalização, “o mundo tem aparentemente se tornado sem fronteiras, apesar da existência continuada de fronteiras entre estados e todos os dispositivos administrativos que as mantêm” (CLEGG, 2003, p. 3).

Longe de ser singular, a globalização é plural, com características não lineares e assimétricas. É em si dialética, pois dela emergem diversidades, desigualdades, tensões, confluências, acomodações e contradições. É, concomitantemente, geradora de homogeneidades e heterogeneidades. “Se por um lado a globalização pressupõe uma homogeneização nas relações econômicas entre países, por outro, em termos práticos, prevalece uma heterogeneidade onde se aprofundam diferenças sociais internas e externas devido à concentração de riquezas” (MARIZ & ANDRADE, 2006). Coexistem, em termos gerais, a unipolaridade (no sentido de predomínio) político-ideológica (capitalista neoliberal) que emana dos países cênicos na economia mundial e a multipolaridade produtiva global. É por causa desses diferentes efeitos e das suas diversas facetas que autores como Boaventura Santos (2005) falam da existência de não apenas uma globalização, mas de múltiplas globalizações.

A globalização implica na articulação entre diferentes escalas de poder, ou seja, na convergência e conflito entre a dimensão local e global dos lugares. A articulação local e global é uma das relações dialéticas da nova modernidade.

Vieira e Vieira (2003) e Santos (2006) afirmam que na nova realidade definida pelo processo de globalização, os lugares, outrora concebidos como locais (produtos da herança histórica de um determinado território) são transformados em maior ou menor grau de intensidade e complexidade em lugares globais, pois se tornam espaços que acolhem vetores da globalização e se redefinem em função das forças de pressão decorrentes desse processo. Os lugares locais que se transformam em lugares globais mais complexos, por exemplo, se inserem em redes mundiais de fluxos econômicos, produtivos, financeiros, culturais, entre outros e, por consequência, essa redefinição produz novas relações e manifestações de poder no território, provocando mudanças organizacionais, estruturais e de gestão. Entretanto, como foi dito anteriormente, essa transformação do lugar local em lugar global não elimina o espaço do local, ou seja, dos

processos e práticas que ocorrem no lugar com conteúdo identificador - a herança histórica do território. Tem-se, portanto, em um território, a redefinição de um lugar local em lugar global em interação dialética local-global.

Essa transformação de lugares locais em lugares globais ocorre não só em organizações econômicas. Está presente, também, nas organizações culturais, por exemplo, modelando o atual estágio da modernidade, na dimensão global. Com a mercantilização de grande parte das atividades individuais e coletivas, torna-se difícil dissociar as iniciativas culturais do campo econômico, ao ponto de se cunhar os termos “economia da cultura” e “indústria cultural” para designar esse entrelaçamento entre as duas lógicas, a cultural e a econômica. No plano global está presente essa interpenetração, a apropriação de culturas diversas, impulsionada pela produção e circulação de símbolos culturais no âmbito da lógica do modelo econômico.

Ao se inserirem na economia e cultura globalizadas, as organizações culturais vêm modificando suas estruturas, organização interna, estratégias e lógica de ação, visando à eficiência e adaptação para a sobrevivência nesse novo contexto. Os territórios culturais transformam-se em lugares globais em virtude das forças de pressão que emergem desse processo.

No processo de transformação e articulação entre lugares locais e lugares globais, atores locais se articulam com atores globais. Ao mesmo tempo a articulação se estende a outros atores de locais diferentes, seja por interesses exclusivamente econômicos, seja por interesses políticos, sociais ou institucionais. No caso de organizações culturais, à medida que buscam reconhecimento e legitimação no local em que estão “enraizadas”, tentam se inserir na escala nacional e global de poder.

As novas estratégias e práticas de gestão desenvolvem relações institucionais modificadoras de antigas estruturas organizacionais. A articulação entre os lugares locais

e lugares globais desencadeia relações e práticas (formas de trabalho, cooperação e produção) de interesses compartilhados. Ou seja, os produtos da herança histórica do território, absorvem vetores de práticas e relações (econômicas, culturais e sociais) globais.

Como consequência dessa dinâmica de organização e articulação entre lugares (local e global), emerge uma nova estrutura de relações e de poder nos territórios culturais.

Território Cultural

Nas últimas décadas as sociedades têm participado em escalas diferentes da globalização de mercados, que por sua força, velocidade de expansão e atuação, deixa de ser restrita ao espaço econômico para impactar outros espaços, tais como o cultural, o social e o político.

O advento da globalização atua como uma força de predomínio do âmbito econômico sobre os demais, reconfigura os espaços e a ordem territorial estabelecida, redefine as relações de poder e constrói uma nova realidade sociocultural. Traços de continuidade e descontinuidade nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais podem ser identificados no território. Espaço e tempo estão sendo comprimidos mediante os avanços das tecnologias da informação, possibilitando um aumento do fluxo e da velocidade de circulação de dados pelas vias informacionais (infovias).

Na tentativa de explicar a nova dinâmica espacial e territorial decorrente do fenômeno da globalização, alguns autores apontam para a existência dos processos de “territorialização”, “desterritorialização” e “reterritorialização” constantes ocorridos nos espaços geográficos mundiais. Antes, porém de se falar em territorialização,

desterritorialização e reterritorialização se faz necessário compreender o conceito de “território”.

Deve-se atentar ao fato que, comumente, ocorre confusão entre os conceitos de espaço e território. “Espaço e território não são termos equivalentes” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Para Raffestin (1993) o espaço é um substrato, um palco sob o qual se constrói o território; ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço.

Na perspectiva desse autor o território “é um espaço onde se projetou um trabalho” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Ele “se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações envolvidas, se inscreve num campo de poder” (p. 144). Portanto, para ele, ao se apropriar do espaço, por meio do trabalho humano, os atores territorializam o espaço. O território, nesse sentido, revela relações marcadas pelo poder.

Existe uma pluralidade de acepções sobre território, tratando-se de um termo polissêmico. Segundo Haesbaert (2005), o “território” pode ser entendido sob três concepções: jurídico-política (um espaço delimitado e controlado pelo poder político do Estado); culturalista (produto da apropriação simbólica de um grupo sobre seu espaço); econômica (luta de classes, relações capital-trabalho e de produção-consumo). Para esse autor, não se pode olhar o território apenas sob uma dessas perspectivas, mas sob as três interrelacionadas, integradas, admitindo-se a dinâmica e a fluidez dos territórios. Assim, o território é relacional, um “espaço-tempo vivido”, portanto, definido a partir de relações de poder. Poder esse que pode ser considerado tanto no sentido de dominação, quanto no sentido de apropriação. Enquanto o primeiro diz respeito a uma lógica funcional do território (como recurso a ser explorado ou mercadoria), ligado ao valor de troca, o segundo é mais subjetivo, simbólico (*locus* de construção de identidade), que carrega as marcas do vivido (HAESBAERT, 2005). É necessário, portanto, compreender o

território em sua multidimensionalidade, como um espaço no qual se materializam e se reproduzem relações de poder, gerando contradições, solidariedades e conflitos.

A “territorialização” diz respeito ao dimensionamento espaço-temporal das práticas sociais e construções simbólicas ocorridas em uma dada área geográfica. Por extensão, a “desterritorialização” é o desencaixe, o deslocamento, a ruptura desse conjunto de relações sociais e a perda do controle físico (domínio político-econômico) e das referências simbólicas (apropriação simbólico-cultural) sobre/a partir de seu território. Trata-se de um “desenraizamento” real e simbólico do espaço. Já a “reterritorialização” diz respeito à ressignificação dos sistemas simbólicos de um lugar, das relações sociais, à criação de novos vínculos em substituição aos perdidos.

A organização e a redefinição dos territórios passaram a obedecer à lógica global, que estabeleceu e concretizou a idéia de multifuncionalidade dos espaços, que incorporaram novas funções, pautadas pela integração entre territórios e dinamismo econômico prevalecendo sobre, e condicionando, a vida social, política e cultural. Os lugares transformaram-se em espaços econômicos de inserção global, com novos sistemas de fluxos produtivos e de capital externo, incorporando novas estratégias de produção e circulação de bens e, por conseqüência, são desencadeadas novas formas de manifestações de poder no território. Novos atores entram em cena no novo cenário comandado pela técnica e pela racionalidade econômico-produtiva (VIEIRA & VIEIRA, 2003).

Hoje, admite-se a existência de uma multiterritorialidade, ou seja, uma multiplicidade de territórios que podem conviver num mesmo espaço mediante a conexão flexível de um território com outros territórios multifuncionais (lógica econômica) e multiculturais (lógica cultural-simbólica). Ao mesmo tempo em que existe uma “pluralidade de territórios” conectados, existem “territórios plurais”, decorrentes da articulação de multiterritorialidades num mesmo espaço. Dessa maneira, os lugares se tornaram múltiplos, híbridos, aquilo que se denomina “o senso global do lugar”.

Interação cultura local e global

Sobre a redefinição dos territórios, Santos (2000; 2006) fala em lógica exógena e lógica endógena, sendo a primeira situada no âmbito dos interesses corporativos globais exclusivamente econômicos, transnacionais, enquanto a segunda diz respeito à dimensão cultural, à identidade, às raízes históricas, aos sistemas simbólicos das coletividades. A lógica exógena corresponde à ordem global; a lógica endógena corresponde à ordem local, do cotidiano. No contexto geopolítico, essas lógicas representam as categorias conceituais lugares locais e lugares globais. O lugar local é o espaço da experiência vivida, das relações do cotidiano, de construção de identidade e herança histórica. Para Santos (2006, p. 339), “a ordem local, que ‘reterritorializa’, é a do espaço banal, espaço irreduzível”. Para Vieira e Vieira (2003, p.19-20) “o lugar local é o espaço da herança histórica. Dele se projeta a percepção de realidades construídas no passado, modernizadas de acordo com os ritmos econômicos e renovadas com os avanços culturais. O lugar local é base de sustentação do território organizado”.

Para Spink (2002), o lugar local é um produto social, um espaço de construção coletiva, sendo constantemente definido e redefinido a partir de ações em um contexto de relações entre indivíduos e grupos. É *locus* de construção de sentido, palco de manifestações simbólicas, de representação, de raízes históricas e culturais. Entretanto, a historicidade e a tradição não podem ser entendidas como fatores que garantem a homogeneização do lugar local. O local, ao contrário é um grande *puzzle*, um espaço de relações tanto de colaboração e solidariedade, quanto de competição, disputas e conflitos. O local é composto por atores diversos – poder público, organizações, segmentos da sociedade civil – com interesses muitas das vezes divergentes – reforçando a idéia de que nele estão inscritas relações de cooperação e concorrência, que se assentam tanto em relações mercantis quanto não-mercantis, sendo que estas podem, sobretudo, ser complementares. Os lugares locais, ainda que reestruturados em função de estratégias globais, mantêm

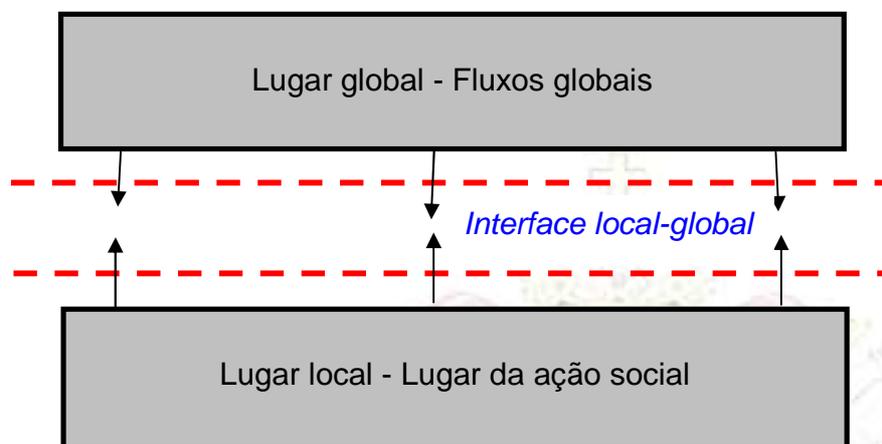
uma identidade, se assentam em especificidades socioculturais e formam a base das relações de produção e organização do território.

O lugar global é o meio sob o qual se concretizam práticas econômicas, operações produtivas e manifestações de poder. Trata-se de “um zoneamento do espaço-tempo para práticas das estratégias econômicas globais”, um espaço “fragmentado do espaço global” (VIEIRA & VIEIRA, 2003, p. 90). A globalização, ao mesmo tempo em que integra e une, fragmenta e desterritorializa. “Os lugares globais são territorializados, nacionalmente, para a produção e desterritorializados para efeitos de fluxos e manifestações de poder” (VIEIRA & VIEIRA, 2003, p. 106).

No mesmo território podem coexistir duas realidades: a realidade local e a realidade global. O global e o local são produzidos e mutuamente referenciados no interior dos processos de globalização. “Cada lugar é ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. (SANTOS, 2006, p. 339). Ao invés de pensar no global como substituindo o local é mais lógico na atualidade pensar numa nova articulação entre o global e o local (HALL, 2005). Os lugares, nesse novo cenário, reproduzem a totalidade-mundo, entretanto, de modos específicos e diversos. Ao mesmo tempo em que são globais, são singulares. Assim, a ordem global, paradoxalmente, gera uma diversidade, pois “as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar” (SANTOS, 2006, p. 125).

Nos lugares são produzidas combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. O lugar, portanto, não é apenas um fragmento, mas uma síntese de uma totalidade fugaz, que se encontra em perpétuo movimento. O lugar se produz na articulação contraditória entre a lógica universal, global, e as condições, circunstâncias e especificidades históricas do particular. A interface entre global e local está representada na Figura 1, a seguir:

Figura 1: Interface Global-Local



Isto ocorre porque as transformações demandadas no território não se manifestam em todas as partes de uma só vez, mas em pontos específicos com efeitos e intensidades variáveis sobre o espaço.

O lugar, produto humano, é relacional e envolve a apropriação e transformação do espaço, inseparável da reprodução e transformação da sociedade no tempo e no espaço. O lugar, portanto, é produto de uma relação dialética entre práticas sociais e espaço geográfico. Trata-se de uma realidade construída e organizada social e historicamente, que sob o advento da globalização, é transformada pelas práticas econômicas e políticas que se estabelecem na dialética da relação entre o local e o global. Práticas econômicas, culturais (portanto, simbólicas) e ideológicas, assim como processos sociais historicamente estabelecidos nos lugares locais, são redefinidas à lógica da economia globalizada, transformando esses lugares em espaços mundializados da economia – lugares globais.

Pode-se, portanto, considerar que o espaço é uma realidade que se transforma, continuamente, sob a ação das forças econômicas em tempos históricos. A construção do espaço social começa com a apropriação, transformação e uso do território. O espaço geográfico é um espaço em movimento, capaz de produzir mudança social. Nesse sentido, é uma evolução bem caracterizada pela idéia de passado, presente e futuro. A dinâmica da totalidade do espaço é fonte de criação de formas sociais ou de adaptações que se produzem nos contextos de redefinição das espacialidades. Os lugares, que por força de elementos geoestratégicos, passam à condição de espaços em redefinição ficam sujeitos, com maior intensidade, aos determinantes das mudanças na totalidade social. Na verdade, os lugares são afetados pelas novas situações econômicas resultantes das estratégias globais, afetando, igualmente as relações sociais estabelecidas (VIEIRA & VIEIRA, 2003, p. 31-2). O local, portanto, é (re) construído, no processo de globalização, a partir da combinação e sobreposição de forças internas e externas que influem, fluem e confluem no território.

Identidade cultural

A organização é o fundamento para definir o lugar, global ou local, ela faz parte dele, contribui (é a base) para a redefinição dos lugares, podendo, inclusive tornar um lugar local em lugar de práticas globais. Se uma nova organização (global) não se instalar num lugar local, nada muda. O lugar, portanto, pode ser global se suas relações foram globais; será local se as relações resultantes forem apenas de manifestações locais (regionais e nacionais). Portanto, o importante são as relações estabelecidas, sejam elas econômicas, sociais (trabalho), ou culturais. Essas relações são produto das formas de organização e gestão (lugares, territórios nacionais, transterritorialidades). Os espaços globais são flexíveis, podendo mudar de um para outro território. Mas, no contexto atual, tudo é global, na produção, no poder e na cultura.

Na cultura verifica-se uma situação bem característica da época. Cada nacionalidade tem sua identidade cultural, mas, sem dúvida, fortemente influenciada por uma cultura global. Há como uma miscigenação cultural em andamento, se propagando pelo cinema, artes, música, manifestações alegóricas, literatura, etc. É aí que está o ponto central da análise. O global passa a ser uma metáfora que explica os acontecimentos transnacionais, iniciando o que possa tratar-se, desde já, como uma sociedade global em suas manifestações econômicas, sociais, ambientais e culturais, mas resguardando certas identidades nacionais.

Mesmo as sociedades mais retardatárias têm infiltrações da cultura global à medida que as tecnologias da informação de um lado e a formação intelectual de outro vão gradativamente se incorporando à vida nacional. Podemos dizer que o lugar é físico (parte de um território) e o espaço (econômico, social e cultural) sobre ele é construído. Se a construção for histórica nacional restrita será um lugar local; se redefinir-se com uma geoestratégia e gestão global será considerado um lugar global. A vida comunitária, seus costumes e artes, é um espaço geoestratégico por suas relações econômicas e culturais; há interesses globais envolvidos. O concreto é que se incorporam interesses globais às manifestações da cultura local; Assim, ao natural, muitas representações alegóricas são referenciadas a um fato transnacional. Ao longo dos anos a transposição de raças, os cruzamentos e as influências repassadas pelas diversas formas de mídias tiveram e têm influência específica.

Na organização e lugar há interação entre a ação e o poder, ou seja, a tipificação da ação (cultural) gera poder e ele se transmite verticalmente (por indicadores, pessoas ou regulamentos) segundo uma escala de valores dentro da organização. Essa interação pode ser induzida por raciocínio lógico de acordo com os pressupostos do processo que alimenta a organização. Isso tem de ser verificado empiricamente, pois em algumas organizações modernas as relações de poder interagem na própria funcionalidade

organizacional (funcionalidade estabelecida), o que significa que a expressão de poder se transmite ao natural sem a cadeia hierárquica da forma piramidal antiga.

Segundo alguns autores, tais como Polanyi, Weber, Ramos, dentre outros, a lógica de mercado e a racionalidade instrumental são fatores que dominam a sociedade moderna, invadindo todas as áreas da vida humana. Com a ampliação da lógica de mercado, as culturas tradicionais sofreram modificações e se adaptaram para manter sua sobrevivência. O processo de racionalização da sociedade atingiu também o mundo da cultura e todas as organizações que nele atuam. Para Vieira & Carvalho (2003, p. 15) “o mundo da cultura não logra evitar o envolvimento nesse processo”.

Segundo esses autores, a racionalização das organizações culturais tornou-se “uma etapa natural na construção de um campo conduzido agora por uma nova racionalidade” (VIEIRA & CARVALHO, 2003, p. 16). Criam-se, assim, mecanismos de sobrevivência organizacional pautados na lógica instrumental e econômica.

Na sociedade informacional, ainda pautada na lógica de mercado, as organizações tornaram-se atores centrais, exercendo papel fundamental nos processos de mudança social. Se as organizações são as unidades sociais dominantes na contemporaneidade, é imprescindível entendê-las como eixos de articulação entre diferentes instâncias e capazes de realizarem transformações sociais, ao mesmo tempo em que se transformam (GOULART, VIEIRA & CARVALHO, 2005, p. 11).

As organizações culturais, em geral, possuem caráter institucional, pois respondem não só às dimensões técnicas, como também respondem e constroem elementos simbólicos e normativos nas relações e vínculos que estabelecem no e com o ambiente. Um exerce influência sobre o outro, modelando e sendo modelados mutuamente, num movimento dinâmico de interação entre as organizações e o contexto em que estão inseridas.

A busca por legitimidade em um espaço onde predomina a racionalidade de mercado vem fazendo com que as organizações culturais ajam conforme a sua lógica, à medida que a sua sobrevivência dependerá não apenas do atendimento das exigências do seu ambiente institucional (por meio de normas e costumes socialmente aceitos), mas, também, das exigências do ambiente técnico (busca pela eficiência e eficácia). Em contrapartida, as organizações privadas parecem buscar a legitimação social de suas atividades através do patrocínio às atividades culturais (GOULART, MENEZES E GONÇALVES, 2003).

Isto implica dizer que nesse processo de interação, as organizações buscam legitimação nos vários níveis e dimensões do ambiente (local e global) e reconhecimento social de seu entorno geográfico mais estrito, o local. A articulação entre as esferas global e local depende da capacidade de as organizações contextualizarem-se no cenário macro-societal e de inserir-se nos espaços global e local de poder. Ou seja, construir uma identidade contextualizada com o espaço social e histórico no seu campo de atuação e definir mecanismos articulados de ação (GOULART, VIEIRA & CARVALHO, 2005, p. 21).

Devido à natureza de suas atividades – constituída e constituinte de grande carga simbólica e de identidade a uma dada localidade –, as organizações culturais necessitam de legitimação social no âmbito local. Esse processo ocorre através de ações que aproximam essas organizações da sociedade, que espera que estas cumpram o seu papel social. Portanto, precisam da credibilidade do público e por isso são sensíveis ao seu ambiente institucional.

Pode-se inferir, portanto, a capacidade de inserção e de construção de identidades das organizações culturais no espaço local de poder, bem como o seu potencial de se conectar com o espaço global. Como em um mesmo lugar coexistem o local e o global, a articulação dessas duas escalas é fundamental para viabilizar transformações sociais, políticas e econômicas relevantes

Considerações finais

O presente ensaio procurou demonstrar a evolução de articulações entre território, cultura e identidade no espaço global. Na presente modernidade a globalização econômica é marcante, evolutiva e tendente a identificar uma sociedade cada vez mais global. Há, porém, de se considerar um cenário global mais amplo e, naturalmente, conseqüente. Se a globalização é em grande parte produto das tecnologias da informação e a evolução econômica condiciona o desenvolvimento social e cultural, a consideração de que estão em andamento os princípios de formação de uma sociedade global é clara. A governança global virá com o mapeamento dos problemas que afetam todas as nações e regiões, sendo, portanto, globais. Se os problemas de gravidade passam a ser tratados em conformações políticas globais, também o conhecimento, a informação, a cultura e a arte, igualmente, passam a ter uma transcendência global.

O que se passa no território cultural, a interação entre eventos locais, globais e as identidades são componentes de um conjunto que fazem parte da diversidade multinacional. Por longo tempo estiveram isoladas pelas distâncias, imposições de costumes, religião e preconceitos. Todavia, na modernidade informacional, as distâncias já não contam mais, enfraquecem as imposições de costumes, as intolerâncias religiosas, ainda que forte, se atenuarão e os preconceitos irão caindo progressivamente. As crises e os conflitos que atualmente se fazem presentes na cena internacional são, na maioria dos casos, produtos de condicionamentos cognitivos de uma modernidade que se esgotou; passou. Novas formas de pensar, novos métodos de solução para problemas comuns entre as nações, certamente, nas próximas décadas, tornaram as nações, as grandes regiões geográficas e as racialidades mais convergentes aos benefícios de uma sociedade global, bem estruturada e de decisões conjuntas.

A cultura é a expressão maior da diversidade entre povos e raças, regiões e territórios. Em cada canto de território há uma manifestação de cultura como produto da herança histórica. Cultura local que interage com a cultura global por meio das mídias globais que tão rapidamente exercem influência e criam poder.

Há, inegavelmente, uma associação entre economia, sociedade, cultura, poder. Trata-se, na verdade, de um somatório das atividades humanas em algum lugar do mundo. Até então, algumas dessas variáveis encontravam-se fechadas em sociedades arcaicas. Porém, as fronteiras do conhecimento e da informação abrem o grande baú das riquezas culturais em todas as territorialidades-mundo. A interação vai mesclando, formando novas manifestações culturais e artísticas; permanecem, ainda, assim, as tradições de suas identidades nacionais.

O espaço global é uma realidade. Se há uma economia global há o pressuposto de uma sociedade global e, nela, uma intelectualidade global, costumes globais, enfim, a cultura global. Se essa percepção é ainda incipiente, talvez não tanto, é preciso considerar as escalas analíticas entre um passado onde as coisas aconteciam muito lentamente, e um presente onde a velocidade é a marca principal a girar a roda da vida. O avanço do conhecimento e da informação, a ciência e a tecnologia, a rapidez das mudanças, e um novo pensamento político mudarão, em poucas décadas tudo o que hoje é considerado como marca registrada de costumes históricos e locais. O espaço global das diversidades será mais de convergências do que divergências!

Referências

BECK, Ulrich. *O que é globalização?* Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLEGG, Stewart. Theorizing “globalization” sociologically for management. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, Gestão.Org.* Volume 1, nº 1, janeiro/junho de 2003. Disponível em <<http://www.gestaoorg.dca.ufpe.br>>. Acessado em 20 de março de 2007.

GOULART, Sueli; MENEZES, Michelle Ferreira; GONÇALVES, Julio Cesar. Composição e características do campo organizacional dos teatros da Região Metropolitana do Recife. In: CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (Orgs). *Organizações, cultura e desenvolvimento local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional*. Recife: EDUFEPE, 2003. pp. 123-135.

Goulart, Sueli; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. *Universidades e desenvolvimento local: uma abordagem institucional*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). *Globalização e fragmentação do mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 2001, p. 11-54.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, São Paulo, 2005 pp. 6774-6792.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MARIZ, Luiz Alberto da Costa; ANDRADE, Jackeline Amantino. Globalização e Institucionalização: contribuições para análise no contexto brasileiro. In: *X Colóquio Internacional sobre Poder Local*, 2006, Salvador. X Colóquio Internacional sobre Poder Local. Salvador: CIAGS, 2006. v. 1.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005. pp. 25-102.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

SPINK, Peter. O lugar do lugar na análise organizacional. *Revista de Administração Contemporânea, RAC*, vol. 5, edição especial, 2002. pp. 11-34. Disponível em <http://www.anpad.org.br/rac/rac_vol_05_edesp_frames.html>. Acessado em 18 de setembro de 2006.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. *Espaços econômicos: geoestratégia, poder e gestão do território*. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 2003.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. Sobre organizações, instituições e poder. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; CARVALHO, Cristina Amélia. (Orgs.) *Organizações, instituições e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. pp. 11-26.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Geoestrategia de los espacios económicos: el lugar-global, el lugar-local y la gestión del territorio en el sitio portuario-retroportuario de Rio Grande*. Tese de Doutorado em Geografia. Buenos Aires: Universidad del Salvador, 2001.